

# AS DOENÇAS E OS DOENTES DA MISERICÓRDIA DE VALENÇA (RJ, 1882-1894). IMIGRAÇÃO E POBREZA

GISELE SANGLARD\*

**Resumo:** *Este trabalho tem como objetivo analisar a assistência oferecida nas pequenas e médias cidades do interior da antiga província do Rio de Janeiro, levando em consideração a criação das Misericórdias no Vale do Paraíba fluminense — região que, ao longo do século XIX, foi responsável pela sustentação econômica do Estado imperial brasileiro (1822-1889) — e o público atendido por estas, concentrando-se prioritariamente no imigrante que recorreu à assistência da Santa Casa da Misericórdia de Valença (província do Rio de Janeiro, Brasil) entre 1882 e 1894. Procurar-se-á traçar o perfil do imigrante que recorre às Misericórdias em busca de socorro em caso de doença. A busca por trabalho fez do Vale do Paraíba o local de destino de diversos migrantes — tanto estrangeiros, quanto oriundos de cidades vizinhas —, o que torna rico o material a ser analisado. Através do público atendido e de suas doenças, conheceremos um pouco mais destes imigrantes. A principal fonte deste artigo é o livro de registro de pacientes do Hospital da Misericórdia de Valença, entre 1882 e 1894. O período aqui analisado coincide com a abolição da escravatura, e os pacientes ali internados nos ajudam a compreender as mudanças sociais pelas quais a cidade vai passar.*

**Palavras-chave:** *Santa Casa da Misericórdia; Imigração; Valença.*

**Abstract:** *This paper aims to analyse the health care offered in small and medium-sized cities in the countryside of the old province of Rio de Janeiro, taking into account the creation of Mercies in the Paraíba fluminense Valley — region that, throughout the nineteenth century, was responsible for sustaining Imperial State (1822-1889) — and the public served by them, focusing primarily on the immigrant who resorted to the assistance of the Santa Casa da Misericórdia de Valença (Rio de Janeiro Province, Brazil) between 1882 and 1894. Search The profile of the immigrant who uses the Misericórdias in search of help in case of illness will be traced. The work search made Vale do Paraíba the destination for many migrants — both foreigners and those from neighbouring cities — which makes the material to be analysed rich. Through the public served and their diseases, we will know a little more about these immigrants. The main source of this article is the patient record book of the Hospital da Misericórdia de Valença, between 1882 and 1894. The period analysed here coincides with the abolition of slavery, and the patients admitted there help us understand the social changes by which City will pass.*

**Keywords:** *Santa Casa da Misericórdia; Immigration; Valença.*

Este trabalho tem como objetivo analisar a assistência oferecida nas pequenas e médias cidades do interior da antiga província do Rio de Janeiro, levando em consideração a criação das Misericórdias no Vale do Paraíba fluminense e o público atendido por estas — concentrando-se prioritariamente no imigrante que recorreu à assistência da Santa Casa da Misericórdia de Valença (província do Rio de Janeiro), entre 1882 e

---

\* Pesquisadora em Saúde Pública da Fiocruz. Coordenadora do Programa de Pós-graduação em História das Ciências e da Saúde/Fiocruz. Pesquisadora do CNPq. Email: gisele.sanglard@fiocruz.br.

1894. Procurar-se-á traçar o perfil do imigrante que recorre às Misericórdias em busca de socorro no caso de doença.

Para tal, nos debruçaremos sobre o livro de registro de pacientes do Hospital da Misericórdia de Valença, entre 1882 e 1894. Valença está inserida no Vale do Paraíba fluminense, ou seja, no coração da economia cafeeira e do escravismo — esta região foi, ao longo do século XIX, responsável pela sustentação econômica do Estado Imperial brasileiro (1822-1889). Faz limite com Minas Gerais e com os municípios fluminenses de Vassouras, Barra do Pirai, Resende e Barra Mansa. O fim do escravismo, a 13 de maio de 1888, vai redefinir a pobreza naquele município e na região como um todo.

A busca pelo trabalho fez do Vale do Paraíba o local de destino de diversos migrantes — tanto estrangeiros, quanto oriundos de cidades vizinhas —, o que torna rico o material a ser analisado. Através do público atendido e de suas doenças, conheceremos um pouco mais destes imigrantes.

## VALENÇA E SUA SANTA CASA DA MISERICÓRDIA

A ocupação das terras de Valença se deu, segundo o memorialista Luiz Damasceno Ferreira, a partir do ano de 1789, quando o vice-rei D. Luiz de Vasconcelos e Souza autoriza o capitão Ignácio de Souza Werneck a combater os índios coroados «em suas próprias aldeias». O combate aos índios coroados é o que diferencia Valença das outras cidades do Vale. Uma década depois, em 1800, surge a primeira sesmaria — de Pau Grande — doada a José Rodrigues da Cruz, que desde o início se dedica ao cultivo do café. Os índios ficaram restritos a uma aldeia no que seria depois a freguesia de Santo Antônio do Rio Bonito.

Segundo o memorialista Luiz Damasceno Ferreira, em 1803 é erigida uma capela dedicada a Nossa Senhora da Glória, onde outrora fora a principal aldeia dos coroados. Em 1826, é criada a vila de Valença; em 1835, é instalada a sua Câmara e, enfim, em 1842, é transformada em município. De 1803 até 1889, Valença vai crescendo, ganhando complexidade e se transformando.

A antiga aldeia dos coroados é transformada, em 1824, em freguesia — Santo Antônio do Rio Bonito, atualmente Conservatória. As outras freguesias surgem a partir de 1851, Santa Isabel do Rio Preto; 1852, Nossa Senhora da Piedade de Ipiabás; 1855, Santa Tereza; o arraial de Desengano; e, por fim, em 1885, São Sebastião do Rio Bonito. Com a proclamação da República, em 1889, duas dessas freguesias se emancipam, formando os municípios de Santa Teresa de Valença e Barra do Pirai (antiga Ipiabás).

Do ponto de vista econômico, o memorialista registra que as principais culturas de Valença eram o café, o fumo, os cereais e o bicho-da-seda — este último por iniciativa da empresa Antonio Grijó e filhos. Damasceno acrescenta que, no pós-abolição, os cafezais foram incendiados «de forma criminoso», segundo as próprias palavras do autor, e transformados em pastagens.

A transformação dos antigos cafezais em pasto foi uma realidade em todo o Vale. José Jorge Siqueira comenta o caso da fazenda dos Correia e Castro na vizinha Vassouras, pertencente aos herdeiros do barão de Tanguá, adquirida pelo Frigorífico Anglo em 1908 e transformada em pasto, «processo que ocorreria em várias outras grandes propriedades»<sup>1</sup>, bem como a Fazenda Cachoeira do Mato Dentro, também em Vassouras, adquirida pela família Rangel.

A Santa Casa da Misericórdia de Valença e seu hospital foram criados em 1838; contudo, o memorialista Luiz Damasceno Ferreira menciona o fato de que seu início se deu dois ou três anos antes, quando foi criada uma enfermaria para doentes pobres, mantida pelo comendador João Batista de Araújo Leite e pelos fazendeiros Joaquim Pinheiro de Souza, Manoel do Nascimento de Jesus e Francisco Martins Pimentel. Teria cabido a João Baptista de Araújo Leite o convite ao visconde de Baependi para se juntar ao grupo<sup>2</sup>.

Foi com a entrada do visconde de Baependi no grupo que surgiu a Santa Casa de Valença. Brás Carneiro Nogueira da Costa e Gama (1812-1887), sem dúvida a maior liderança local, se tornou visconde de Baependi (2.º), em 1828, pelas mãos do imperador Pedro I e, em 1858, conde de Baependi, já pelas mãos de Pedro II. Seu pai, Manoel Jacinto Nogueira da Gama, recebera o título de visconde de Baependi em 1824, ano em que foi outorgada a Constituição imperial da qual foi signatário; em 1826, foi agraciado, pelo imperador Pedro I, com o título de marquês. Dois de seus irmãos também receberam títulos: Manuel Jacinto Carneiro Nogueira da Costa e Gama, barão de Juparanã; e Francisco Nicolau Carneiro Nogueira da Gama, barão de Santa Mônica.

As datas de criação da Irmandade e de seu hospital são extremamente emblemáticas: enquanto a Santa Casa foi criada a 2 de julho de 1838, dia e mês em que se inicia o ano compromissal das Misericórdias; a data do hospital é uma alusão ao aniversário natalício do imperador Pedro II. Se, no plano simbólico, a Misericórdia valenciana procura se aproximar da experiência portuguesa, no plano concreto, está mais próxima da política imperial.

A leitura de seu primeiro Compromisso não deixa dúvidas — apesar de publicado em 1875, o documento vem datado de 2 de julho de 1838 e é assinado pelo visconde de Baependi. A edição traz, ao final, uma série de documentos: auto de aprovação, com a aprovação do ordinário — no que tange ao culto — e a confirmação do Governo imperial, datada de 8 de outubro, dando o «de acordo» ao Compromisso da Irmandade. O documento vem assinado pelo regente Bernardo Pereira de Vasconcelos<sup>3</sup>.

O primeiro capítulo já demonstra a diferença em relação à atuação histórica da Irmandade da Misericórdia, da qual a criação de expostos não era atribuição. A Santa

<sup>1</sup> SIQUEIRA, 2013: 171.

<sup>2</sup> FERREIRA, 1925.

<sup>3</sup> *Compromisso da Irmandade [...]*, 1875.

Casa de Valença tem por fim curar os expostos ou meninos abandonados, além das tradicionais obras de misericórdia, como curar os enfermos, socorrer os pobres encarcerados e destinar dote às donzelas órfãs ou desamparadas. Não restam dúvidas de que a criação dessa instituição procura responder à Lei dos Municípios de 1828, a qual transfere às câmaras municipais a criação e a manutenção de casas de caridade, com o objetivo claro de, pela ordem, criar os expostos, curar os necessitados, vacinar os meninos e todos os que não tivessem sido vacinados. Para tal, a instituição deveria ter um médico ou cirurgião de partido. O artigo 76, referente às rendas das câmaras, determina que não «podendo prover a todos os objetos de suas atribuições, preferirão aqueles, que forem mais urgentes», e, entre os mais urgentes, os senadores indicam a criação e educação dos expostos, dos órfãos mais pobres e dos desamparados. Entretanto, ainda ressalvam que apenas nas «cidades, ou vilas, aonde não houverem casas de misericórdia»<sup>4</sup>.

O enquadramento do Compromisso dessa instituição à Lei de 1828 pode ser visto em diversos capítulos; por exemplo, na definição de quem é o desvalido que será atendido em suas dependências:

*Cap. XV — do mordomo do hospital*

*Art. 115. Todo o enfermo desvalido tem direito a ser admitido, e curado, gratuitamente no Hospital da Misericórdia. Reputa-se desvalido: 1.º aquele que por sua nímia pobreza não tiver meio algum para tratar-se na própria casa; 2.º aquele que se achar-se como forasteiro, sem parentes ou amigos, que o socorra na sua moléstia.*

*Art. 116. Qualquer outro enfermo, que não tenha comodidade para curar-se será admitido ao Hospital por despacho do provedor, prestando fiança, ou comprometendo-se completamente a pagar a despesa que fizer. E só por esta forma serão admitidos os escravos a tratar-se no Hospital, salvo os do Art. 20<sup>5</sup>.*

Nesses dois artigos estão definidos os que têm acesso gratuito ao hospital, aqueles que, segundo Robert Castel, estão alijados dos laços de solidariedade primária (família) ou não têm recursos para se tratar em casa; aos outros, o atendimento se dá mediante pagamento<sup>6</sup>. O escravo era da responsabilidade de seu senhor — cabia a este arcar com os custos da internação. O artigo 20 refere-se ao irmão que tivesse apenas um escravo, sendo, neste caso, o irmão considerado *pobre*.

No que tange aos expostos, o Capítulo XIV, relativo ao Mordomo dos Expostos, determina que este deveria zelar pela criação da criança, encaminhá-la à criação externa, e fazer visitas inesperadas às casas das amas, a fim de verificar como a criança estava sendo tratada. O *Compromisso* obrigava a ama a levar a criança ao hospital em caso

<sup>4</sup> Disponível em <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/lim/LIM-1-10-1828.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lim/LIM-1-10-1828.htm)>. [Consulta realizada em 06/03/2019].

<sup>5</sup> *Compromisso da Irmandade* [...], 1875: 25, grifos da autora.

<sup>6</sup> CASTEL, 2008.

de adoecimento, e também a não se mudar sem comunicar ao Mordomo — sendo a desobediência passível de demissão. Também cabia ao Mordomo zelar pela educação da criança a partir do momento do desmame, podendo esta permanecer na casa da ama até a idade de 6 anos, para as meninas; e 7 anos, para os meninos.

A partir dessa idade, os meninos eram obrigados a aprender a ler e escrever, além de aprender algum ofício, quer sendo encaminhados como aprendizes, sem definição do lugar, quer sendo encaminhados para alguma oficina dos Arsenais do Império. No primeiro caso, cabe à família de criação providenciar o encaminhamento; no segundo caso, cabe à Mesa providenciar o local. No caso das meninas, estas deviam, além de ler e escrever, costurar, engomar e lavar, cabendo apenas à família que as criou ensiná-las. Por fim, o Mordomo deveria garantir que as crianças fossem vacinadas.

Com relação ao cuidado com os expostos, o *Compromisso* não só permite percebermos como esta instituição responde à legislação, incluindo a preocupação com a vacinação; mas também revela a preocupação com a *utilidade* dos expostos — a criação deve voltar-se para a profissionalização das crianças.

Apesar de o *Compromisso* ser muito detalhista com relação à criação dos enjeitados, a documentação da Misericórdia de Valença é pouco loquaz quanto a este tipo de assistência.

Entre 1838 e 1857, o Hospital funcionou em prédios alugados pela Irmandade, mas desde 1842 havia projeto para a construção de um prédio específico para sua instalação. Nos anos iniciais, o pessoal do hospital era restrito a um cirurgião (Casemiro Lucio de Azevedo Coutinho), um médico (José Leopoldo Gamard), e um boticário (José Antônio de Queiroz) que fornecia gratuitamente os medicamentos. Ressalte-se que, até 1851, o hospital funcionava a expensas dos irmãos, não recebendo nenhuma verba da província. Segundo o memorialista, o «estabelecimento de Caridade de Valença fez as honras dos habitantes do município, principalmente aos coevos de sua fundação, que sem contarem com outros recursos, além de suas bolsas, empreenderam uma instituição de tanta utilidade à humanidade»<sup>7</sup>.

O trecho extremamente laudatório do memorialista tem por objetivo enaltecer os feitos dos homens da boa sociedade valenciana, que se empenharam na construção do prédio próprio do hospital. A construção deste foi extremamente problemática e causou enormes dissabores aos provedores que sucederam ao visconde de Baependi: quer pela contestação do Juízo dos Feitos da Fazenda da Província, que questionou o desvio do sobra da subscrição de 1842, anteriormente destinada à manutenção das tropas que seguiram para conter a rebelião em Minas Gerais, empregada na construção do hospital; quer pelo fato de o prédio novo ter ruído após a finalização das obras iniciadas em 1851 em consequência de a argamassa utilizada não ter sido de boa qualidade.

---

<sup>7</sup> FERREIRA, 1925: 63.

Ressalte-se que a continuidade das obras em 1851 se deu graças à nova lista de subscrição, desta vez destinada diretamente à construção do prédio.

Após a inauguração do Hospital, em 1857, aparentemente não houve grandes alterações, à exceção da construção do *chalet* contíguo, onde passou a funcionar a farmácia (1886), doação do barão de Ipiabás quando provedor (1884-86). Do ponto de vista do movimento do hospital, percebe-se que, no início da década de 1880, este contava com 50 leitos, e ao final do mesmo período, sua capacidade de atendimento já havia dobrado. Para os casos de epidemia, eram abertas enfermarias especiais, como ocorreu durante a epidemia de febre amarela que grassou na cidade na década de 1890.

O processo de construção do prédio do hospital chama atenção para alguns aspectos, que nos levam em direção ao enobrecimento dos cafeicultores locais; e ao envolvimento da população local, a partir da assinatura das listas públicas de subscrição.

Com relação ao primeiro ponto, deve-se notar que, em 1838, o único a ostentar título de nobreza era o visconde de Baependi; e quando da visita do Imperador à região, em 1848, as obras e seus *imbrólios* já estavam adiantados. Decerto, a criação dessa instituição ajudou a levar ao baronato os ricos cafeicultores de Valença — se o título de barão demorasse a chegar, as comendas já os distinguiam.

## O VALE DO PARAÍBA FLUMINENSE E A IMIGRAÇÃO ESTRANGEIRA

Diferentemente do que ocorreu no estado de São Paulo, onde a presença do trabalhador livre imigrante — sobretudo o italiano — se deu em concomitância com a presença de escravos<sup>8</sup>; na província do Rio de Janeiro, a potência do escravismo dominou o cenário das fazendas e ofuscou a presença, na historiografia, do imigrante nas cidades que compõem o Vale do Paraíba fluminense: Resende; Pirai; São João Marcos; Valença; Vassouras Cantagalo; e outras.

Outra diferença pode ser notada: na região da então capitania do Rio de Janeiro, a Coroa portuguesa lançou mão de duas políticas distintas de ocupação das terras. De um lado, a criação de núcleos coloniais e, de outro, a distribuição de sesmarias.

Assim, na parte mais próxima à Corte, o incentivo real à imigração estrangeira formou núcleos coloniais ainda no período joanino, durante o qual as colônias de Nova Friburgo (1818-1819, famílias suíças; e 1823, famílias alemães) e de Petrópolis (1821, famílias alemães) se inserem na política levada a cabo pela Coroa portuguesa no objetivo de fixar o homem branco nos arredores da Corte. A criação dessas duas colônias vincula-se à política de D. João VI — com a Corte portuguesa ainda transmigrada para o Brasil —, direcionada a aumentar a presença do homem branco nas proximidades da Corte, esta com sede na cidade do Rio de Janeiro, e assim diminuir a insegurança,

---

<sup>8</sup> MARTINS, 2007.

interpretada muitas vezes como decorrente do predomínio de negros e mulatos. Tal predomínio, na visão daqueles homens, podia propiciar um movimento separatista, aos moldes do que ocorrera no Haiti, ou simplesmente uma revolta, orquestrada por escravos e homens livres e pobres.

Outro ponto que justificou a criação de ambas as colônias pela Coroa portuguesa foi a necessidade de abastecimento do mercado interno, o que incentivou a agricultura baseada na pequena propriedade. Esses dois fatores ajudam a explicar a importância conferida à escolha da região onde os imigrantes iriam se instalar.

A vastidão de terras parcamente povoadas era uma realidade, mas para realizar os objetivos da política joanina — povoamento, comércio e agricultura para abastecimento da região da Corte — não era interessante instalar, pelo menos em um primeiro momento, imigrantes em locais muito distantes do Rio de Janeiro. Nesse sentido, a região serrana próxima à Corte, se tornou o local ideal para a instalação dos colonos europeus, deixando a área mais fértil do curso do rio Paraíba do Sul para a grande lavoura, que respondia às exigências da política agroexportadora<sup>9</sup>.

A presença dos escravos, no início percebida como chocante pelos colonos suíços, logo é introjetada por estes, que se tornam proprietários de escravos. Tal processo foi analisado em trabalhos anteriores<sup>10</sup>, mas para os fins deste artigo citar-se-á o comentário do viajante e ministro plenipotenciário suíço, J. J. Tschudi, que percorre Nova Friburgo, em 1860, com a missão de fazer um relatório a seu governo sobre o estado das colônias suíças no Brasil: «Tratava-se de gente muito simples, arraigada ainda aos costumes da pátria longínqua, e que levava ali, entre seus 70 escravos negros, vida patriarcal»<sup>11</sup>. Essa família, segundo Tschudi, já é a segunda geração dos colonos de Nova Friburgo e mantém ainda costumes que lhe foram passados pelos pais, além de se apresentar também adaptada às práticas culturais brasileiras.

Se essas são as características da ocupação da região serrana mais próxima à cidade do Rio de Janeiro, a ocupação das terras próximas ao rio Paraíba do Sul, ou Vale do Paraíba fluminense, será caracterizada justamente pela grande propriedade, voltada para a agroindústria do café — que começa a ser plantado no início do século XIX. Ou seja, a criação das vilas e cidades do Vale data das primeiras décadas de Oitocentos.

Duas regiões, na mesma província, nas quais a ocupação da terra se dá quase concomitantemente, embora respondam a políticas bem distintas. O papel do imigrante nas regiões será bem diverso: em Nova Friburgo, a presença do imigrante como pequeno proprietário será o foco da política; enquanto no Vale, sua presença será mesmo ofuscada, na historiografia, pela força do escravismo — e no caso de Valença, em especial, havia ainda a necessidade de «pacificação» dos índios coroados, conforme já apontado

<sup>9</sup> SANGLARD, 2000.

<sup>10</sup> SANGLARD, 2000; SANGLARD, 2003.

<sup>11</sup> TSCHUDI, 1980: 36.

neste artigo. Ressalte-se que, segundo o Almanack Laemmert, para 1885, a população livre em Valença, composta de brancos e libertos, era de 22 606 pessoas, enquanto a de escravos matriculados era de 31 397 — tendo havido a morte de 2921 cativos naquele ano.

O medo de uma insurreição escrava, um dos motes da criação de Nova Friburgo e Petrópolis, chegou ao Vale e, em 1841, os ricos fazendeiros de Vassouras se reuniram na *Comissão Permanente de Vassouras*, que teve, entre as medidas propostas, a imigração como uma das possibilidades de mitigar o problema da desproporção étnica na região; além do incentivo à família escrava, e outras. A segunda foi amplamente usada na região, sobretudo a partir de 1850, com a proibição total do tráfico, e conforme Ricardo Salles chamou atenção, a reprodução endógena dos planteis foi a forma de manter a mão de obra escrava em Vassouras<sup>12</sup>.

Com relação à primeira proposta, o mesmo autor afirma que os «imigrantes não vieram»<sup>13</sup>. Ali não chegaram imigrantes na quantidade que São Paulo recebeu. Entretanto, como se verá a seguir, houve iniciativas individuais e construção de colônias dentro das fazendas, além de outras formas de inserção do imigrante.

A falta de estudos sobre a presença dos imigrantes na região impede maior análise, mas certamente a experiência do Vale do Paraíba fluminense foi bem distinta daquela vivenciada pela parte paulista do Vale. A iconografia abaixo reflete a vivência, já no século XX, nas colônias existentes nas fazendas, como as da Fazenda São José (1839) que pertence aos descendentes do visconde do Rio Claro<sup>14</sup>.



Fig. 1. Colônia Velha, Fazenda São José (Rio Claro, SP), ca. 1939. Fonte: Acervo particular

<sup>12</sup> SALLES, 2008.

<sup>13</sup> SALLES, 2008: 206.

<sup>14</sup> A Fazenda São José, adquirida em 1839, foi a primeira fazenda de Estansláu José de Oliveira, futuro barão e visconde de Rio Claro, e se localiza no município de Rio Claro, no vale do Paraíba paulista. A São José chegou a ter quatro colônias de imigrantes: Colônia Velha, Marmelo, Quadrado, Boa Vista. Atualmente, a fazenda mantém as colônias de Quadrado e Colônia Nova — esta dos anos de 1960, já construída com água encanada e banheiro.



Fig. 2. Colônia de Marmelo, 2017. Fonte: Gisele Sanglard



Fig. 3. Professoras e alunos da escola da Fazenda São José, 1930. Fonte: Acervo particular



Fig. 4. Antiga escola da Fazenda São José, 2017. Fonte: Gisele Sanglard



Fig. 5. Antiga senzala da Fazenda São José, ca. 1939. Fonte: Acervo particular

Na província do Rio de Janeiro, desconhece-se experiência semelhante àquela vivenciada em São Paulo. O que não significa que não tenha havido a presença de imigrantes trabalhando nas fazendas — nas lavouras e em outras funções. Trata-se de um tema que ainda deve ser trabalhado pela historiografia brasileira, e não cabe, nos limites deste trabalho, discuti-lo.

O historiador norte-americano Stanley Stein, em sua obra clássica *Vassouras — um município brasileiro do café, 1850-1900*, afirma que os portugueses eram o principal grupo de trabalhadores livres imigrantes em Vassouras. Eram «negociantes, médicos, advogados, professores e, num *status* inferior, vendedores, feitores de fazenda e trabalhadores habilitados ou não»<sup>15</sup>.

Roselene Martins, ao estudar a questão da presença de imigrantes em Vassouras no âmbito dos debates sobre o fim do escravismo, chama atenção para as propostas de alguns fazendeiros com objetivo de resolver a questão da mão de obra. A autora ressalta que essas ações surgem em seguida à promulgação da Lei Eusébio de Queirós de 1850, que extinguiu o tráfico de escravos. O primeiro exemplo trazido na obra é o de Felício Augusto de Lacerda, fazendeiro na freguesia de Paty do Alferes, em Vassouras<sup>16</sup>.

Em 1852 é aberto, na delegacia de polícia da freguesia, um livro de registro de imigrantes, e foram registrados 22 imigrantes portugueses, chegados pelo mesmo navio, de idades entre 15 e 22 anos, homens, solteiros (apenas um era casado) e semianalfabetos. Todos afirmando terem contrato com Felício Augusto de Lacerda. A análise do inventário de Lacerda deixa entrever a existência de casas para trabalhadores livres e senzala<sup>17</sup>.

Os outros dois exemplos trabalhados pela autora partem de informações coletadas no Almanack Laemmert, onde havia indicação de que os fazendeiros Honório Francisco Caldas, da freguesia de Sacra Família de Tinguá, e Manoel Peixoto de Lacerda Werneck, da freguesia de Santo Antonio dos Ferreiros, usavam mão de obra livre em parceria com os escravos. O primeiro empregava portugueses, vindos do Porto, e o segundo empregava 20 alemães<sup>18</sup>.

As três experiências analisadas por Roselene Martins reforçam os indícios da presença de imigrantes na região de Vassouras, mas são ações individuais, que apontam a necessidade de melhor estudar este aspecto. A proximidade entre Valença e Vassouras e as características desta última permitem transportar tais indícios também para Valença. Os dados apresentados pela autora indicam ainda uma preponderância dos portugueses em face de outros grupos — o que reforça a afirmação que Stanley Stein apresentou na década de 1960.

---

<sup>15</sup> STEIN, 1990: 160.

<sup>16</sup> MARTINS, 2007.

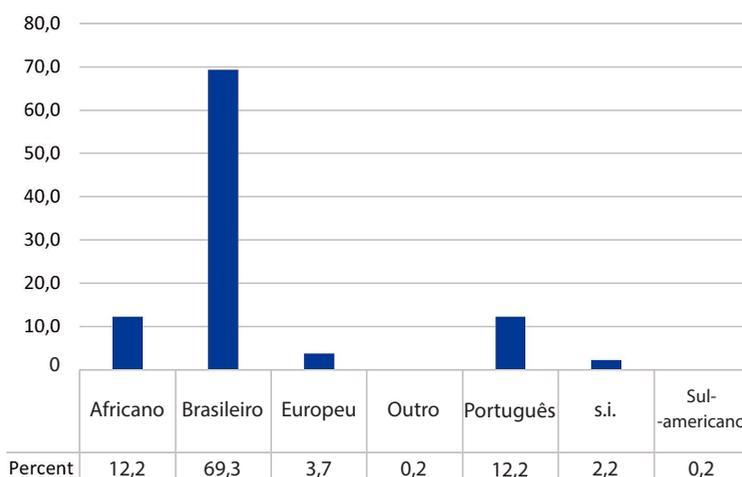
<sup>17</sup> MARTINS, 2007.

<sup>18</sup> MARTINS, 2007.

Se para o caso de Vassouras, a maior e mais importante cidade do Vale do Paraíba fluminense, temos poucos trabalhos sobre a presença dos imigrantes na cidade, para sua vizinha Valença<sup>19</sup>, menos ainda. Para conhecer mais sobre os imigrantes que por lá passaram, será preciso recorrer aos dados do Hospital da Santa Casa da Misericórdia local. Dados imperfeitos, uma vez que tratam apenas daqueles que não tinham condições de se tratar em suas residências.

A partir da análise dos dados levantados acerca do movimento do Hospital valenciano, dos 633 estrangeiros que lá estiveram entre 1882 e 1897, 481 eram portugueses — configurando-se também como o grupo estrangeiro predominante em Valença, correspondendo a 12% do total de doentes atendidos no Hospital da Misericórdia de Valença entre 1882 e 1894, conforme pode ser percebido no Gráfico 1. Dentre os imigrantes das outras nações europeias sobressaem os italianos e espanhóis, alguns alemães, suíços, e mesmo um dinamarquês. Dentre os sul-americanos, os chilenos, paraguaios e outros.

**Gráfico 1.** Nações atendidas no Hospital de Valença



Fonte: SCMV — *Livro de entrada e saída de pacientes, 1882-1897*. Tabulação própria

Com relação às profissões desses imigrantes, percebemos a forte presença de trabalhadores rurais (57,3%), seguidos pelos trabalhadores do comércio/especializados (17%), conforme pode ser percebido no Gráfico 2<sup>20</sup>. Não é de estranhar a presença

<sup>19</sup> A distância entre as sedes dos municípios não chega a 35 km, o que para os padrões brasileiros não é uma distância muito grande.

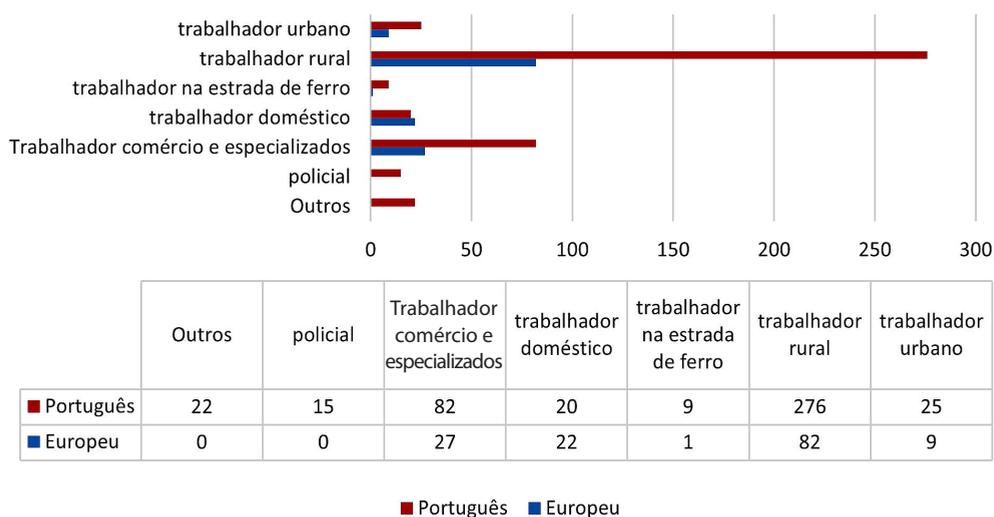
<sup>20</sup> Foram excluídos os imigrantes sul-americanos por comporem um percentual muito baixo no conjunto, não alterando a análise, mas dificultando a visualização dos gráficos. Isso servirá para todos os gráficos que se seguirão.

majoritária de trabalhadores rurais — uma vez que os dados por mim analisados fazem parte de pacientes internados no Hospital da Santa Casa da Misericórdia de Valença, cujo público-alvo eram os pobres da cidade. Em tese, estes recebiam menos que os trabalhadores do comércio ou especializados.

Uma ressalva deve ser feita: como se verá no Gráfico 2, há a indicação de «trabalhadores da estrada de ferro», que poderia estar misturada ao conjunto de «trabalhadores no comércio/especializados». A opção por manter esse grupo em separado, deve-se ao fato de que, no conjunto, foram 17 trabalhadores da estrada de ferro atendidos no hospital de Valença — provavelmente sua hospitalização era paga pela companhia ferroviária —, e o Almanak Laemmert aponta a existência de um médico da estrada de ferro em Vassouras. Tal dado permite uma análise especial que não cabe nos limites deste artigo.

Entre os trabalhadores no comércio/especializados e os trabalhadores urbanos incluem-se: artistas, caixeiros, alfaiates, carpinteiros, cobradores, feitores, professores, negociantes, mascates, costureiras, empregados domésticos, e outras profissões.

Gráfico 2. Profissão dos imigrantes



Fonte: SCMV — *Livro de entrada e saída de pacientes, 1882-1897*. Tabulação própria

Com relação ao local de moradia, já foi apontada, neste capítulo, a característica das residências de colonos no interior das fazendas do vale do Paraíba paulista, tendo como exemplo a Fazenda São José, pertencente ainda hoje aos descendentes do visconde de Rio Claro. O que os dados aqui analisados registram é o fato de que esses imigrantes, mesmos os trabalhadores rurais, moravam nos núcleos urbanos: 40% dos pacientes indicaram morar em Valença — uma denominação vaga, que podia designar tanto a freguesia urbana quanto as rurais ou as fazendas. Entre os portugueses, o maior contingente de imigrantes,

dos 481 pacientes desta nacionalidade 151 (30,4%) afirmam morar em Valença. Os outros 59,6% residem principalmente nas sedes das freguesias — quer urbanas (Santa Tereza, 20), quer rurais (Desengano, 28, atual Juparanã); Santo Antônio do Rio Bonito (23); São José das Táboas (21); Conservatória (11); São José do Rio Preto (10) — ou em cidades vizinhas, como Vassouras (4), Barra do Piraí (15; 31,8 km) e Rio das Flores (13; 17,8 km), ou mais distantes, como os municípios mineiros de Paraíba do Sul (11; 86,3 km) e Leopoldina (6; 187,6 km). Poucos foram aqueles que indicaram uma fazenda como local de residência.

Com relação a esses portugueses que informaram morar em outros municípios, supõe-se que, na maioria dos casos, estivessem de passagem por Valença e não fossem lá residentes, tendo necessitado de atendimento médico enquanto estiveram no local. A exceção ocorre para os casos de Barra do Piraí e Rio das Flores, que não tinham hospital no período aqui estudado, logo podiam ter recorrido ao hospital por motivo de doença — hipótese que as fontes não permitem comprovar.

## IMIGRAÇÃO E AS DOENÇAS DOS IMIGRANTES

Diferentemente dos escravos, cuja assistência médica era feita nas fazendas, quer pelos médicos de partido<sup>21</sup>, quer por um boticário, ou até por transferência para alguma fazenda em que houvesse recursos; no caso dos imigrantes, estes deviam, em caso de necessidade, procurar assistência médica por conta própria, pagando um curandeiro ou mesmo se dirigindo à Misericórdia, caso não pudessem pagar pelos serviços de médicos e/ou boticários.

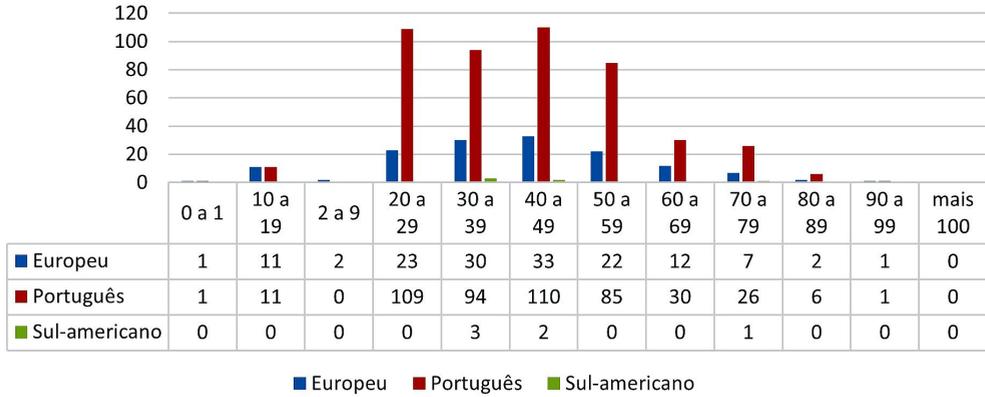
É o universo desses homens que as fontes permitiram descortinar e conhecer um pouco.

Os imigrantes que precisaram recorrer ao hospital de Valença eram, em sua maioria, jovens — entre 20 e 40 anos — que precisavam melhorar para voltar ao trabalho. Estavam, assim, no auge de sua capacidade laborativa. Eram majoritariamente solteiros<sup>22</sup>: 66,7% dos portugueses eram solteiros; 26,4% casados; e 6,6% viúvos — a diferença, 0,3% era de menores de 10 anos. Tais dados, que podem ser visualizados nos gráficos a seguir, não diferem muito do panorama traçado para Vassouras.

<sup>21</sup> BARBOSA, 2014; PROENÇA, 2017.

<sup>22</sup> A análise será concentrada nos portugueses, por serem estes majoritários no hospital. Além disso, os dois outros grupos, europeus em geral e sul-americanos, seguem a tendência anotada para os portugueses.

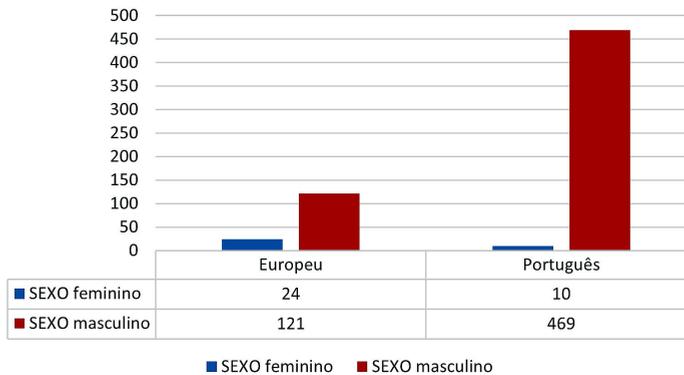
Gráfico 3. Faixa etária dos imigrantes



Fonte: SCMV — *Livro de entrada e saída de pacientes, 1882-1897*. Tabulação própria

Outra característica deste grupo é o fato de ser formado principalmente por homens — entre os portugueses, 97,5% dos atendidos eram homens, e 2% mulheres; e entre os outros europeus, a proporção é um pouco menor: 82,8% eram do sexo masculino, 16,4% do sexo feminino. A diferença percebida em ambos os grupos, dá-se ao número de casos em que o sexo do paciente não foi indicado no livro.

Gráfico 4. Emigrantes por sexo

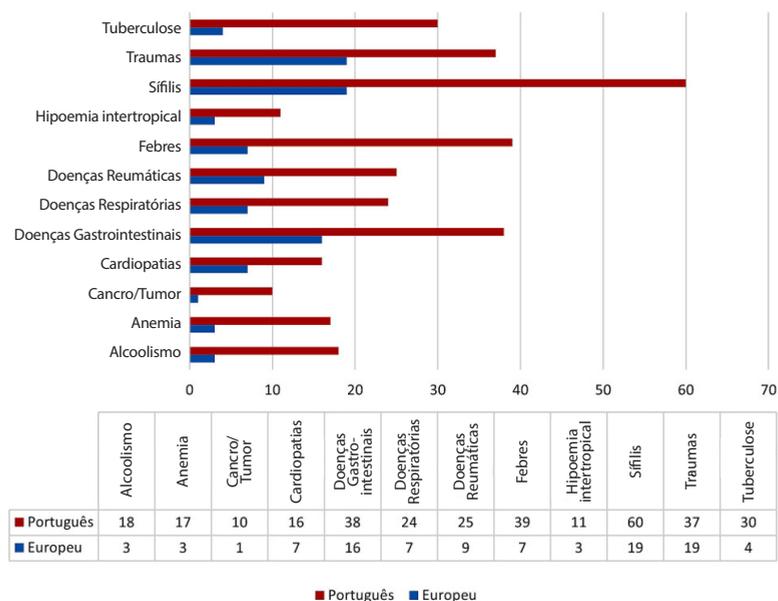


Fonte: SCMV — *Livro de entrada e saída de pacientes, 1882-1897*. Tabulação própria

No que tange às doenças que os levaram ao hospital, percebe-se a grande incidência das doenças venéreas em geral, e da sífilis em particular. Em seguida, vê-se a incidência das febres, doenças gastrointestinais e traumas. No que se refere às febres, em 1890 ocorreu uma epidemia de febre amarela, o que certamente impactou o número

de casos de *febres* entre os imigrantes; já com relação aos traumas, estes são descritos das mais diversas formas: podem significar uma briga ou mesmo contusões consequentes ao trabalho na roça.

Gráfico 5. Principais doenças entre os imigrantes



Fonte: SCMV — *Livro de entrada e saída de pacientes, 1882-1897*. Tabulação própria

Ainda sobre as doenças, é preciso chamar atenção para os casos de anemia e hipoemia intertropical — nome que a nosologia recebeu do médico brasileiro Cruz Jobim, em 1835. Mais tarde, comprovou-se que a hipoemia intertropical de Cruz Jobim nada mais era que uma verminose, também conhecida como opilação, amarelão ou ancilostomose, que tem como uma de suas formas visíveis a fraqueza do indivíduo, causada por anemia<sup>23</sup>. Não é possível afirmar que os casos de anemia fossem todos causados pela infestação de helmintos, mas certamente os casos descritos como hipoemia intertropical também estavam anêmicos — o que certamente aumenta a quantidade de pacientes que tinham na anemia a principal doença que os levou à internação. Apenas no século XX, quando o ciclo da doença foi totalmente descrito, é que se procurou combater a principal forma de infestação da doença: o hábito do homem do interior de andar descalço, uma vez que o verme se introduz através do pé.

<sup>23</sup> EDLER, 2011.

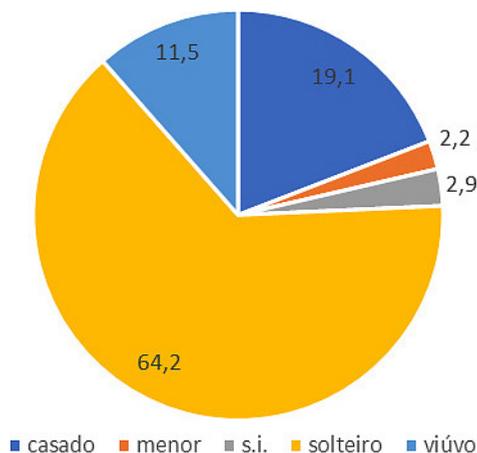
Outras duas doenças falam sobre as condições de vida e de trabalho desses homens: os distúrbios gastrointestinais e a tuberculose. A primeira fala sobretudo da alimentação ou da má alimentação; enquanto a segunda fala diretamente da habitação e das condições de vida em geral: muitas horas de trabalho, má alimentação, moradia insalubre.

Por fim, chama atenção o alto índice de alcoolismo, que, associado às más condições de vida, ajuda a propagação de doenças como a tuberculose.

Para finalizar este artigo, retoma-se a relação entre imigração, pobreza e doença. É certo, como afirmou José Roberto do Amaral Lapa, que não se deve confundir imigração ou escravidão com pobreza, uma vez que nem todo imigrante era pobre e nem todo escravo e/ou liberto era pobre<sup>24</sup>. A doença era um fator desagregador para esses indivíduos que dependiam de sua força de trabalho para sobreviverem — principalmente aqueles que não tinham família.

Este é o grupo majoritário no hospital de Valença: homens jovens e solteiros. O percentual de solteiros é de 64,2%, contra 19,1% de casados, e 11,5% de viúvos — conforme fica demonstrado no Gráfico 6.

Gráfico 6. Estado civil dos imigrantes



Fonte: SCMV — *Livro de entrada e saída de pacientes, 1882-1897*. Tabulação própria

Os percentuais dos imigrantes são um espelho da população total do hospital. Entre os portugueses, 66,7% são solteiros, contra 26,4% de casados e 6,65% de viúvos. A tendência se mantém se analisarmos os pacientes estrangeiros no hospital, onde 65,8% são solteiros, seguidos de 27,9% de casados e 6,85% de viúvos — conforme demonstrado no Gráfico 5 deste artigo.

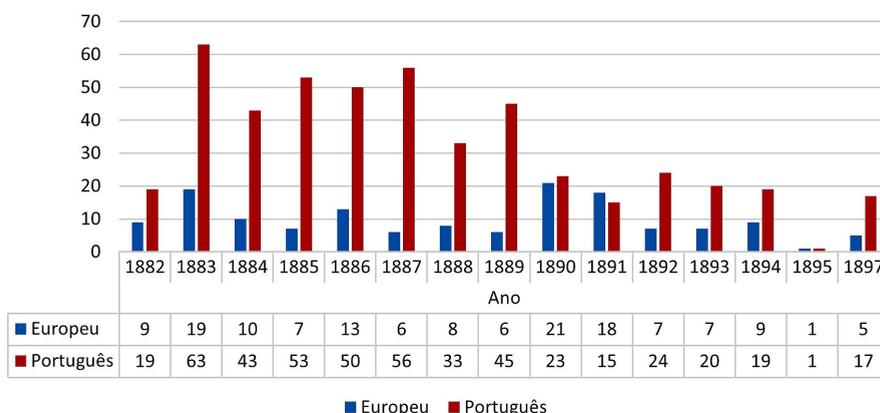
<sup>24</sup> LAPA, 2008.

Pode-se afirmar que esses imigrantes que precisaram recorrer ao hospital para aliviar seus males causados pela doença beiraram a pobreza<sup>25</sup> e precisaram da caridade alheia para recobrar suas forças e voltar ao trabalho.

A grande questão suscitada pelos dados analisados se encontra no que se refere à diminuição da presença dos imigrantes a partir do ano de 1887. Exatamente um ano após a promulgação da Lei do Sexagenário (1886), que dava liberdade aos escravos com mais de 60 anos — muitos destes, em razão da idade, precisaram recorrer ao hospital, que passou a oferecer mais leitos. Já eram 100 leitos.

Nota-se maior presença de negros, enquanto a presença de imigrantes decaiu gradualmente a partir de 1887, com pequena recuperação dos portugueses em 1889; então, onde eram atendidos estes imigrantes?

Gráfico 7. Presença imigrante por ano



Fonte: SCMV — *Livro de entrada e saída de pacientes, 1882-1897*. Tabulação própria

A pergunta formulada acima só pode ser respondida a partir de uma hipótese, uma vez que não há estudos acerca da imigração na região. Como já foi dito, com a falência das fazendas de café, causada pelo esgotamento do solo<sup>26</sup>, pelo envelhecimento da mão de obra e pelo endividamento dos fazendeiros<sup>27</sup>, muitos cafezais foram substituídos pelo gado — sobretudo voltado para a indústria de laticínios. A criação de gado exige muito menos mão de obra que os cafezais. Pode-se também supor que as jornadas tenham ficado menores do que antes.

<sup>25</sup> A pobreza no período aqui estudado não é mensurada pela capacidade econômica do indivíduo, mas por um conjunto de variáveis — ser solteiro, ser viúva com filhos, estar doente, entre outras —, como Daiane Rossi chamou atenção. ROSSI, 2019.

<sup>26</sup> PÁDUA, 2004.

<sup>27</sup> PÁDUA, 2004.

Acrescente-se, nesse cenário, o fato de o imigrante ter deixado sua terra em busca de melhores condições de vida. Ele não estava preso ao solo, como era o caso do escravo, que pela condição servil tinha mobilidade reduzida ou inexistente. O imigrante podia se tornar facilmente um migrante, que percorria o Brasil em busca de melhores condições de trabalho. Essa parece ser a descrição que melhor se enquadra à trajetória do italiano Achilles Miglioli no Brasil.

Miglioli deixou a cidade de Mantova, na Emilia Romana, na década de 1880 e fixou-se no município de Resende, no Vale do Paraíba fluminense. Casou-se por procuração, a 27 de outubro de 1889, com Maria Beatriz Nicolini, natural de Guastalla, cidade também pertencente à Emilia Romana e fronteira à Mantova. Achilles e Maria Miglioli tiveram oito filhos, e o lugar de nascimento destes nos dá uma pista da circulação do casal pelo já antigo estado do Rio de Janeiro: José nasceu a 24 de maio de 1896, no distrito de Resende de Porto Real; Júlio nasceu, dois anos depois, em Vassouras; Amélia, a 5 de março de 1904, em Brotas, São Paulo; e Maria Rachel, a 23 de dezembro de 1910, em Resende.

A distância entre Porto Real e Vassouras é de 100 km. Já entre Vassouras e Brotas, cidade ainda no Vale do Paraíba paulista e vizinha a Rio Claro, é de 591 km. E o casal percorreu outros 486 km para voltar a Resende.

A mobilidade de Achilles encerra-se a 20 de junho de 1948 em Niterói (174 km de distância), capital do antigo estado do Rio de Janeiro, onde estava registrado como operário.

Enfim, majoritariamente formado por homens jovens e solteiros, o público do Hospital da Santa Casa da Misericórdia de Valença é um retrato do momento histórico que está sendo estudado — e no caso deste artigo, os anos finais da abolição da escravidão e os iniciais da República e da pós-Abolição, quando a memória do cativo ainda era forte. A presença do imigrante, e mesmo a diminuição da imigração, exige que a historiografia se debruce sobre este grupo pouco enxergado na região. Mesmo que sua presença não tenha sido muito significativa, eles estiveram por lá e precisaram dos socorros da Santa Casa da Misericórdia para vencer um período mais difícil.

## FONTES MANUSCRITAS

Santa Casa da Misericórdia de Valença (Acervo/INEPAC)  
SCMV — *Livro de entrada e saída de pacientes*, 1882-1897.

## BIBLIOGRAFIA

- «ALMANAK Administrativo Mercantil e Industrial do Império do Brasil para 1885». Rio de Janeiro: Laemmert & Co., 1885.
- BARBOSA, Keith Valéria de Oliveira (2014) — *Escravidão, saúde e doenças nas plantations cafeeiras do Vale do Paraíba Fluminense, Cantagalo (1815-1888)*. Rio de Janeiro: Casa de Oswaldo Cruz-Fiocruz. Tese de doutorado.
- CASTEL, Robert (2008) — *As metamorfoses da questão social*. Petrópolis: Ed. Vozes.

- COMPROMISSO da Irmandade da Santa Casa da Misericórdia da cidade de Valença — *província do Rio de Janeiro (1835)*. Rio de Janeiro: Tipografia, 1875.
- EDLER, Flávio Coelho (2011) — *Medicina no Brasil Imperial: clima, parasitas e patologia tropical*. 1.<sup>a</sup> ed. Rio de Janeiro: Fiocruz Editora.
- FERREIRA, Luiz Damasceno (1925) — *História de Valença (estado do Rio) 1803-1924*. Rio de Janeiro: Empresa Gráfica Editora Paulo Poggetti & Co.
- LAPA, José Roberto do Amaral (2008) — *Os excluídos – contribuição à história da pobreza no Brasil (1850-1930)*. São Paulo: Edusp.
- MARTINS, Ana Luisa (2004) — *História do café*. São Paulo: Editora Contexto.
- MARTINS, Roselene de Cássia Coelho (2007) — *Colonização e política: debates em torno do fim da escravidão em Vassouras 1850-1888*. Vassouras: Universidade Severino Sombra. Dissertação de mestrado.
- PÁDUA, José Augusto (2004) — *Um sopro de destruição – pensamento político e crítica ambiental no Brasil escravista (1786-1888)*. 2.<sup>a</sup> ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor.
- PROENÇA, Anne Thereza de Almeida (2017) — *Vida de médico no interior fluminense: a trajetória de Carlos Eboli em Cantagalo e Nova Friburgo (1860-1880)*. Rio de Janeiro: Casa de Oswaldo Cruz-Fiocruz. Dissertação de mestrado.
- ROSSI, Daiane Silveira (2019) — *Assistência à saúde e à pobreza no interior do sul do Brasil (1903-1913)*. 2015. Rio de Janeiro: Casa de Oswaldo Cruz-Fiocruz. Tese de doutorado.
- SANGLARD, Gisele (2000) — *Nova Friburgo: entre a gênese bíblica e o iluminismo português*. Rio de Janeiro: Pontifícia Universidade Católica. Dissertação de mestrado.
- (2003) — *De Nova Friburgo a Fribourg através das letras: a colonização suíça vista pelos próprios imigrantes*. «História, Ciências, Saúde — Manguinhos», vol. 10, n.º 1, p. 173-202.
- SALLES, Ricardo (2008) — *E o Vale era escravo – Vassouras, século XIX – senhores e escravos no coração do Império*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- SIQUEIRA, José Jorge (2013) — *Transformações rumo ao capitalismo no vale do Paraíba Fluminense e o papel determinante da questão cultural para explicar o novo lugar do liberto da escravidão*. In SANGLARD, Gisele; ARAÚJO, Carlos Eduardo Moreira de; SIQUEIRA, José Jorge, org. — *História Urbana: memória, cultura e sociedade*. Rio de Janeiro: Ed. FGV/Faperj, p. 161-180.
- STEIN, Stanley (1990) — *Vassouras: um município brasileiro do café, 1850-1900*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira.
- TSCHUDI, Johann Jakob von (1980) — *Viagem às Províncias do Rio de Janeiro e S. Paulo*. Belo Horizonte/São Paulo: Itatiaia/EDUSP.